

## Estatísticas do Ambiente

2012

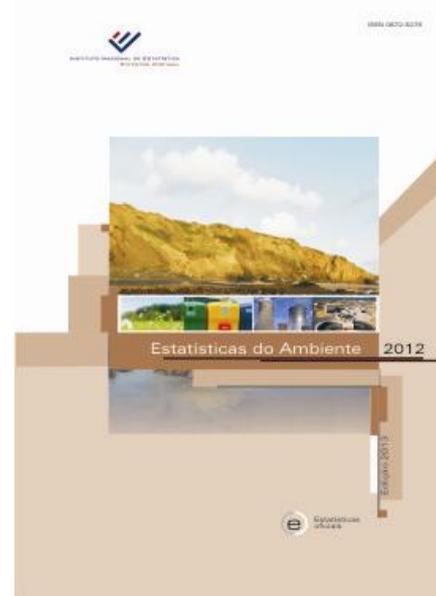
### **Qualidade ambiental melhora refletindo simultaneamente o impacto da contração da atividade económica e alterações estruturais favoráveis ao estado do ambiente**

Em 2012, a qualidade ambiental melhorou num contexto marcado pela contração da atividade económica. A melhoria da qualidade ambiental traduziu-se na diminuição das emissões de Gases de Efeito de Estufa, em decréscimos do consumo de energia primária, na contração do consumo de combustíveis no transporte rodoviário e na redução do volume de resíduos urbanos (-7,2% em 2012).

Paralelamente continuaram a manifestar-se os efeitos de alterações estruturais favoráveis à melhoria das condições ambientais, nomeadamente o aumento da contribuição das fontes renováveis para a produção de eletricidade, o decréscimo da deposição em aterro e o aumento da quantidade de resíduos destinados a valorização orgânica. Assim, continuou a verificar-se o *decoupling* (dissociação do estado do ambiente face à atividade económica) visto que a melhoria das condições ambientais superou o impacto associado à contração da atividade económica.

Se a conjuntura socioeconómica diminui a pressão sobre as condições ambientais decorrentes da atividade humana, paradoxalmente, também tem efeitos negativos ao nível da sensibilização da sociedade para as questões da sustentabilidade ambiental e para a concentração de recursos nas políticas do ambiente. A despesa em atividades ambientais diminuiu, com destaque para a redução do investimento (34,4%).

O INE divulga em suporte digital [Publicações](#) as “Estatísticas do Ambiente”, cujo período de referência é maioritariamente o ano de 2012. Esta publicação está organizada em 14 capítulos, com textos de análise económica, financeira e física bem como quadros estatísticos, figuras e mapas. Neste destaque apresenta-se uma síntese dos principais indicadores, tendo-se recorrido ao modelo DPSIR (Driving Forces, Pressure, State, Impact, Response), desenvolvido pela Agência Europeia do Ambiente e que tem por base uma análise sistémica das relações entre o sistema ambiental e o sistema humano e económico, refletindo a interação entre estes sistemas numa base de causa efeito (EEA, 1999). Esta divulgação ocorre em simultâneo com a publicação dos dados provisórios da Conta de Fluxo de Materiais para 2012.



Estatísticas do Ambiente – 2012



**2013: Ano Internacional da Estatística**

Promover, à escala mundial, o reconhecimento da Estatística ao serviço da Sociedade

[www.statistics2013.org](http://www.statistics2013.org)

**Contexto socioeconómico e matriz demográfica e constituem as principais forças motrizes que estão a desencadear pressões sobre o meio ambiente (positivas ou negativas).**

O contexto socioeconómico tem um impacto significativo no ambiente, que acaba por exigir ações de resposta ao nível dos mais diversos setores. No período analisado (2006-2012), 2012 foi o ano que registou a variação negativa mais intensa do PIB (-3,2%) (em 2011 a redução foi -1,3%). O Consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias - ISFLSF) registou uma diminuição em volume de 5,4% (variação de -3,4% em 2011).

**Figura 1 - Contexto socio-económico 2006-2012**

	unidades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB (volume)	% (taxa de variação)	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2
Consumo Privado	"	1,8	2,4	1,3	-2,3	2,6	-3,4	-5,4
Consumo Público	"	-0,6	0,5	0,5	4,7	0,1	-5	-4,7
FBCF	"	-1,3	2,6	-0,3	-8,6	-3,1	-10,5	-14,3
Exportações (FOB)	"	11,6	7,5	-0,1	-10,9	10,2	6,9	3,2
Importações (FOB)	"	7,2	5,5	2,3	-10,0	8,0	-5,3	-6,6
Necessidade de financiamento das AP	%(percentagem do PIB)	-4,6	-3,2	-3,7	-10,2	-9,9	-4,3	-6,5
Dívida pública <sup>(1)</sup>	"	69,4	68,4	71,7	83,7	94,0	108,3	124,1
Taxa de inflação (IPC)	% (taxa de variação)	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4	3,7	2,8
Custo do trabalho por unidade produzida (nominal)	"	0,9	1,1	3,5	3,1	-1,4	-0,9	-3,1
Taxa de desemprego	%	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7

Fonte: INE, Contas Nacionais (Base 2006; 2011 - dados provisórios; 2012 - dados preliminares; informação disponível em 29/09/2013), IPC e Taxa média de desemprego (Série 1998) e (Série 2011), BP

<sup>(1)</sup> - Para 2012 e anos anteriores, a compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento é efetuada pelo INE e a dívida bruta é compilada pelo Banco de Portugal.

O Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), que desde 2008 vem apresentando variações negativas, diminuiu em termos reais 14,3% em 2012 (-10,5% em 2011).

As Exportações de Bens e Serviços desaceleraram, passando de uma taxa de variação de 6,9% em 2011 para 3,2% em 2012.

Em 2012, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 2,8% (3,7% no ano anterior). Neste ano, verificou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para os preços dos bens, refletindo a alteração da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de 13% para 23%.

A diminuição da remuneração média, associada a uma melhoria da produtividade, determinou uma variação mais negativa dos custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) em 2012, que se fixou em -3,1% (variação de -0,9% em 2011). Este cenário macroeconómico contribuiu para o aumento do desemprego, que em 2012 atingiu a taxa mais elevada do período em análise (15,7%).

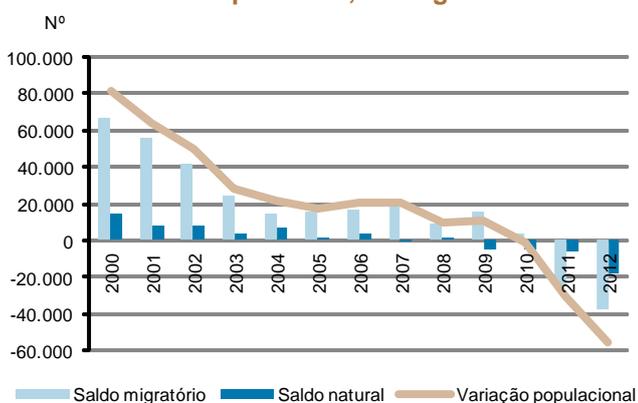
**Figura 2 - VAB por ramo de atividade em percentagem do PIB**

Ano	2007	2008	2009	2010	2011 P o	2012 P e
VAB a preços de base (preços correntes)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e pesca	2,40	2,36	2,29	2,29	2,19	2,26
Indústria	14,60	14,10	13,03	13,81	14,22	14,38
Energia, água e saneamento	3,41	3,24	3,58	3,85	3,99	4,17
Construção	7,32	7,29	6,70	6,25	5,84	5,07
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	18,31	18,18	18,87	18,70	19,15	19,70
Transportes e armazenagem; atividades de informação e	8,68	8,60	8,76	8,52	8,75	8,98
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	15,63	15,96	15,14	15,35	15,55	16,15
Outras atividades de serviços	29,65	30,26	31,63	31,23	30,30	29,29

Fonte: INE, Contas Nacionais (Base 2006, Po - dados provisórios; Pe - dados preliminares)

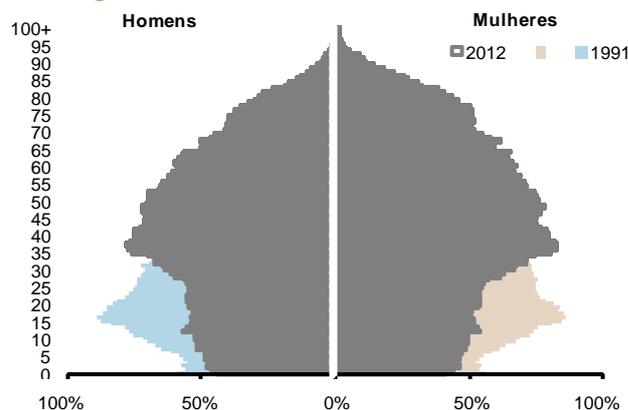
Na ótica da produção, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos reais, diminuiu 2,3% em 2012, após a redução de 0,6% observada no ano anterior. Entre 2007 e 2012, a estrutura do VAB por ramos de atividade pouco se alterou, representando os serviços 69,5% do VAB total, em média para o período em análise. É possível constatar, para o período de 2007 a 2012, a perda de importância do setor da construção, mas uma recuperação, ainda que ténue, da indústria.

**Figura 3 - Variação populacional e suas componentes, Portugal**



Fonte: INE, I. P.

**Figura 4 - Pirâmides etárias, 1991 e 2012,**



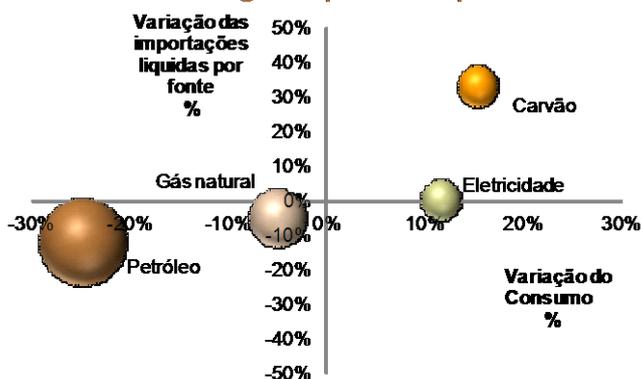
Fonte: INE, I. P.

Um das principais forças motrizes que atualmente está a provocar mudanças significativas no meio ambiente reside nas tendências demográficas que na atual conjuntura acabam por diminuir as pressões sobre o ambiente. De facto, as tendências demográficas apontam para uma desaceleração do crescimento populacional que nos últimos anos se traduziu já num decréscimo populacional, associado a um continuado processo de envelhecimento demográfico. A população residente em Portugal aumentou progressivamente de 2000 a 2009, ano em que atingiu o máximo de 10 573 479 pessoas. Apesar do aumento da população, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico neste período, com a população a decrescer consecutivamente de 2000 a 2005. Só em 2012 a população residente perdeu 55 109 habitantes, fixando-se a 31 de dezembro de 2012 em 10 487 289 pessoas. Para este decréscimo contribuiu o saldo natural de -17 757 pessoas e sobretudo o saldo migratório de -37 352 pessoas.

**Efeito direto das forças motrizes (matriz demográfica e contexto socio económico) alivia as pressões sobre o ambiente, materializadas na redução dos consumos energéticos, de resíduos e de emissões**

O setor da energia é o principal emissor de gases de efeito de estufa (GEE), tendo contribuído em 2011 com 69,3% das emissões nacionais (em 2010 esta percentagem era 68,8%). Este setor tem um forte impacto ambiental, quer pela ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita como o petróleo, quer essencialmente porque gera, através do consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de GEE, em particular de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

**Figura 5 - Consumo de energia primária por fonte energética (2008/2012)**



Dimensão do globo proporcional ao valor T<sub>ep</sub> 2012

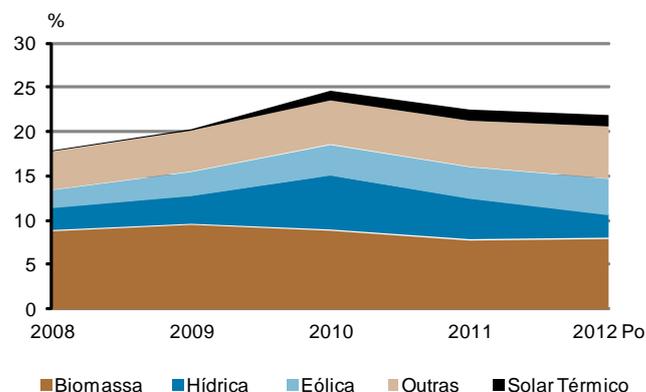
Fonte: INE, I.P.

Em 2012, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 474 ktep (22 099 ktep em 2011). Desde 2008 que o consumo tem decrescido a uma taxa média anual de 3,0%, tendência que foi acompanhada pela evolução das importações líquidas de energia primária que no mesmo período sofreram um decréscimo médio anual de 3,8%.

A ventilação por fonte energética permite concluir que apesar da tendência de decréscimo, a dependência do petróleo é ainda muito elevada representando em 2012, 43,3% da energia primária consumida (47,7% para a média 2008-2012). O gás natural surge como a segunda fonte energética mais consumida, mas em 2012 retomou valores próximos de 2008 com 3 950 ktep. Em contrapartida, pelo facto de nos últimos anos a precipitação ter sido baixa, verificou-se um aumento do consumo de carvão para produção de eletricidade de 31,2% face a 2011.

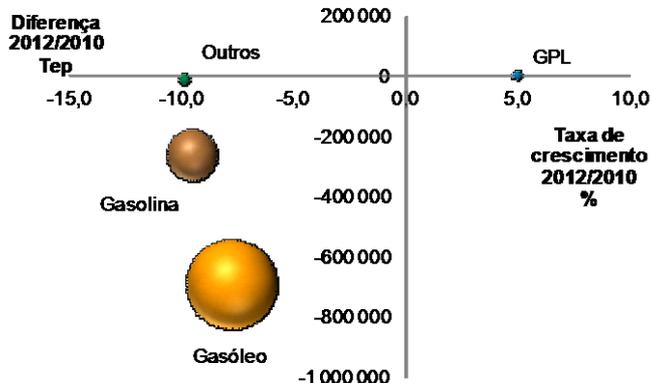
Portugal é rico em alguns recursos endógenos (água, vento, sol, biomassa) e não possui reservas de energias fósseis, o que justifica a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética. A contribuição das fontes renováveis endógenas correspondeu em média (2008-2012) a 21,4% do consumo de energia primária em Portugal e a 43,5% do total da eletricidade produzida em Portugal nesse período.

**Figura 6 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária**



Fonte: INE, I.P.

**Figura 7 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário**



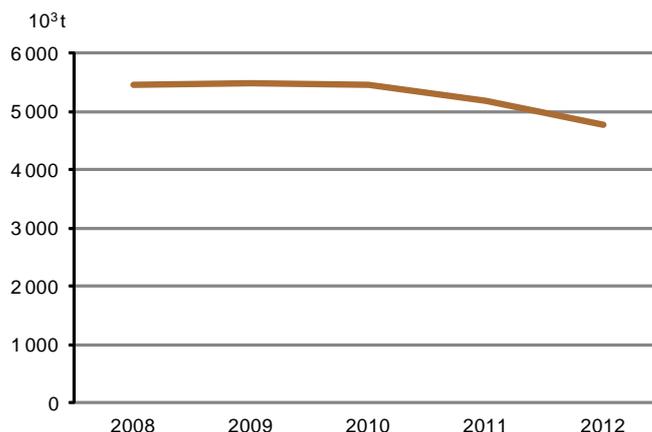
Dimensão do globo proporcional ao valor Tep 2012

Fonte: INE, I.P.

No triénio para o qual se dispõe de informação, constata-se um decréscimo do consumo dos principais combustíveis usados no transporte rodoviário. O consumo de gasóleo revela um decréscimo médio anual de 7,8% e a gasolina de 9,5%. Embora marginal é de referir o crescimento médio anual de 4,9% do consumo de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL). Em 2012, verificava-se que por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível, estavam igualmente em circulação cerca de 68,3 veículos movidos a gasóleo. Em 2011 este rácio era de 74,9 veículos.

Em 2012 foram geradas 4,8 milhões de toneladas de Resíduos Urbanos (RU), menos 7,2% que em 2011. Também no período 2008-2012, verificou-se uma tendência de decréscimo, com a produção de RU a apresentar uma redução de 3,4%, em termos médios anuais.

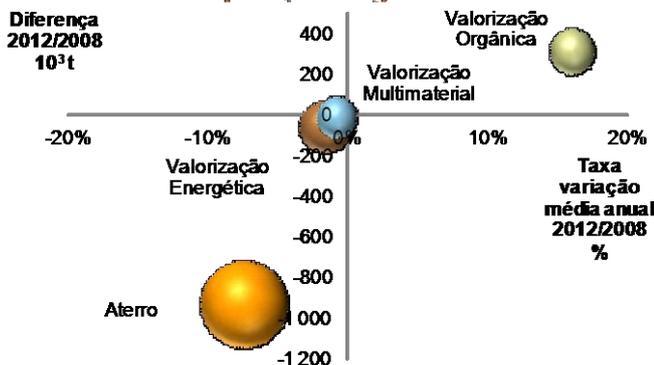
**Figura 8 - Resíduos urbanos recolhidos**



Fonte: INE, I.P.

Para além da tendência de decréscimo da produção de RU, constata-se um crescimento médio anual de 16,1% entre

**Figura 9 - Resíduos urbanos recolhidos por operação de gestão**



Dimensão do globo proporcional ao valor t 2012

Fonte: INE, I.P.

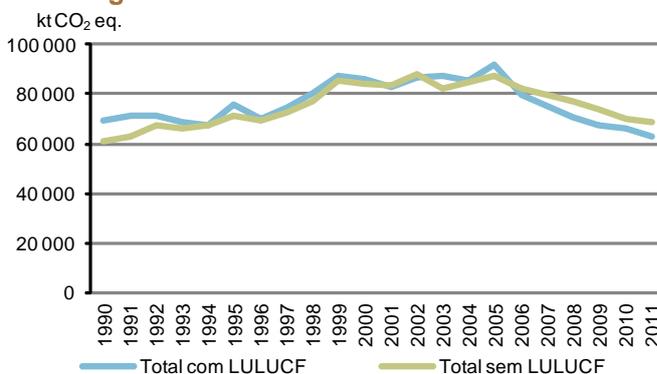
2008 e 2012, da quantidade de resíduos destinados à valorização orgânica. Esta operação de gestão, em 4 anos mais que duplicou o seu peso, passando dos 7,0% em 2008 para 14,6% do total dos resíduos recolhidos em 2012. Ainda assim, há que destacar pela negativa o elevado peso que a deposição em aterro ainda apresenta (54,4% em 2012, com um valor médio de 60,1% no período 2008-2012) e o fraco desempenho da recolha seletiva e separação de resíduos para valorização multimaterial (11,5% em 2012 com um valor médio de 11,3% no período 2008/2012).

A tendência de contração do consumo foi comum a outros setores de emissão, como por exemplo a agricultura e os processos industriais, o que teve como consequência a diminuição global das emissões de GEE.

A análise à série temporal 1990-2011 permite constatar um aumento das emissões dos principais GEE até 2005. A partir desse ano, o potencial de efeito de estufa (somatório dos três principais gases de efeito de estufa: dióxido de carbono, óxido nitroso e metano) contabilizado com e sem o setor floresta e alteração de

uso do solo (sigla inglesa: LULUCF, *Land Use, Land-Use Change and Forestry*), decresceu a uma taxa média anual de 6,0% e 3,9%, respetivamente. De referir ainda que, nos últimos 22 anos, o balanço líquido do contributo do LULUCF apontou para uma emissão líquida de CO<sub>2</sub> de 19 468 kt de CO<sub>2</sub> eq.. Contudo, em 2001, 2002 e posteriormente a partir de 2006, o setor LULUCF assumiu-se como um sumidouro, acentuando o decréscimo de emissões do GEE.

**Figura 10 - Potencial de efeito de estufa**

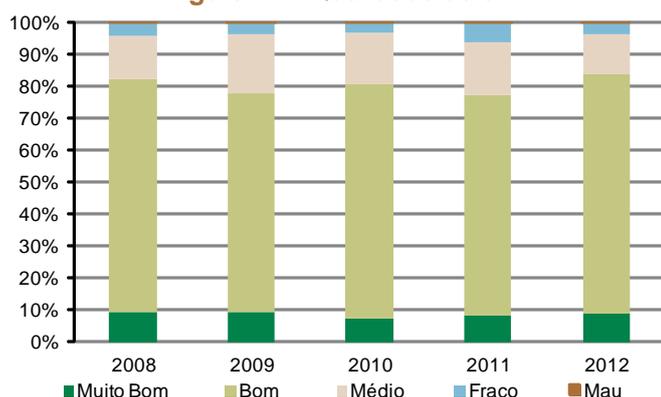


Nota: Inclui CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O

Fonte: INE, I.P.

**Abrandamento das pressões sobre o ambiente tem efeitos positivos na qualidade do ar e da água e promove o *decoupling* (dissociação) entre a geração de riqueza e o consumo de recursos naturais e materiais.**

**Figura 11 - Qualidade do ar**



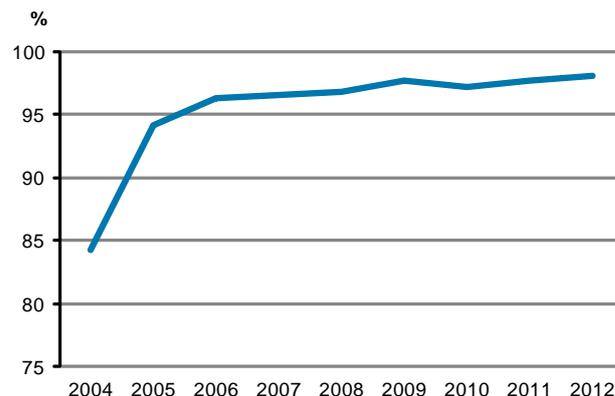
Fonte: INE, I.P.

O índice de qualidade do ar traduz a qualidade do ar em Portugal, no qual são considerados poluentes como o dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>), o ozono (O<sub>3</sub>) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm (PM<sub>10</sub>).

Entre 2008 e 2012, predominou a classificação "bom", sendo que o valor mais elevado registado foi em 2012, com 272 dos dias com qualidade do ar "bom". Relativamente a 2012, salienta-se ainda o decréscimo acentuado das classes de "médio", "fraco" e "mau", face a 2011.

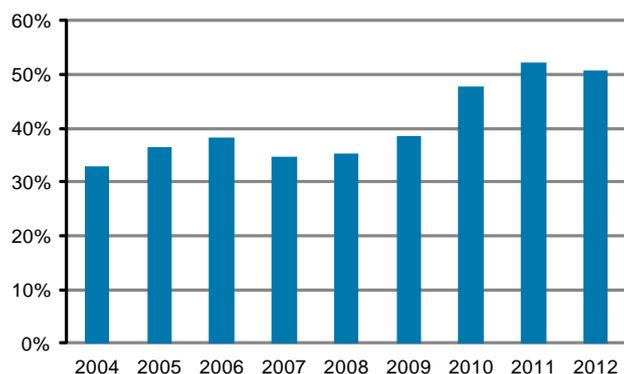
O indicador Água Segura no Continente corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade. Com uma média de 98,1% em 2012, verificou-se uma melhoria de 1,3 % no indicador água segura, em relação ao ano de 2008 e de 0,3% em relação ao ano de 2011, podendo afirmar-se que a água na torneira é genericamente de boa qualidade.

**Figura 12 - Água Segura no Continente**



Fonte: INE, I. P.

**Figura 13 - Percentagem de praias com bandeira azul**

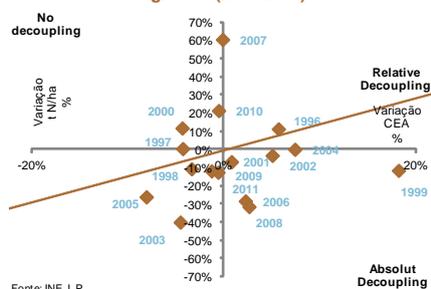


Fonte: INE, I. P.

A presença da bandeira azul nas zonas balneares corresponde à atribuição de um galardão ambiental aos municípios que administram os seus ambientes costeiros, fluviais e zonas balneares, de forma a respeitar o ambiente. Para receber a Bandeira Azul, a comunidade e a sua zona balnear têm de cumprir um conjunto de critérios que vão desde a informação e educação ambiental, à qualidade da água de banho e do ambiente costeiro, à informação, segurança, equipamentos e serviços.

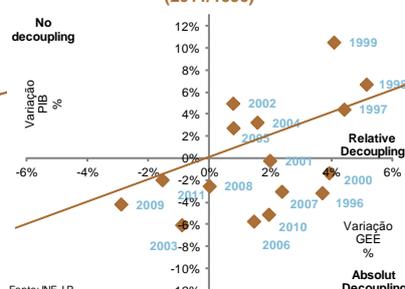
Desde 2007 o número de bandeiras azuis tem vindo a aumentar, com exceção de 2012 em que o número de bandeiras azuis atribuídas (267) decresceu ligeiramente face a 2011 (-0,4%).

**Figura 14 - Balanço do Azoto vs Produção Agrícola (2011/2007)**



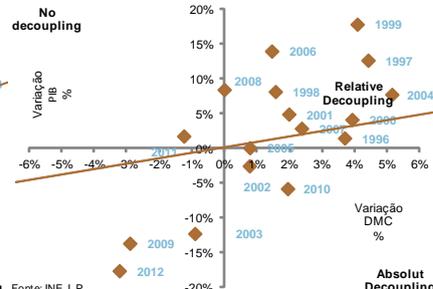
Fonte: INE, I. P.

**Figura 16 - Variação do PIB e emissões de CO<sub>2</sub> (2011/1996)**



Fonte: INE, I. P.

**Figura 15 - Variação do PIB, DMC e Produtividade dos recursos na economia**

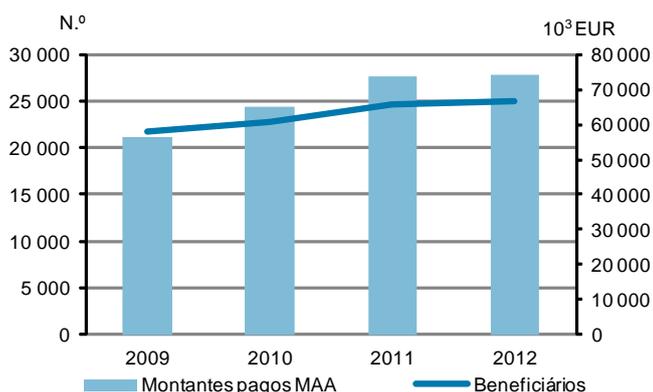


Fonte: INE, I. P.

Portugal tem manifestado nos últimos anos uma tendência para a dissociação (decoupling na terminologia inglesa) do estado do ambiente da atividade económica. Em 2011, último ano disponível para a informação relativa ao Balanço do Azoto, verificou-se uma desnitrificação em resultado de um decréscimo da taxa de variação da incorporação de azoto por hectare (-1,8%) mais acentuada que a contração da produção agrícola (-1,3%). Por outro lado, nos últimos anos é igualmente possível identificar uma desmaterialização, isto é, uma variação do consumo interno de materiais (DMC) inferior à do PIB. No ano de 2012, o decréscimo do consumo interno de materiais foi 17,6% face a 2011 para uma redução de 3,2% do PIB. Também o crescimento médio anual de CO<sub>2</sub> foi inferior ao do PIB. Em 2011, o decréscimo da intensidade carbónica (-2,0%) foi mais acentuado que o do PIB (-1,6%).

**A resposta da sociedade às pressões sobre o ambiente passa pela formulação de medidas políticas, tais como normas legais, taxas e benefícios fiscais e disseminação da informação ambiental.**

**Figura 17 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos**



Fonte: INE, I. P.

estas medidas tem aumentado desde 2009. Entre 2009 e 2012, os beneficiários cresceram a um ritmo médio anual de 4,8%. A média dos montantes pagos por beneficiário foi 2 848 euros para o período 2009/2012.

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro, estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável e tem como objetivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural.

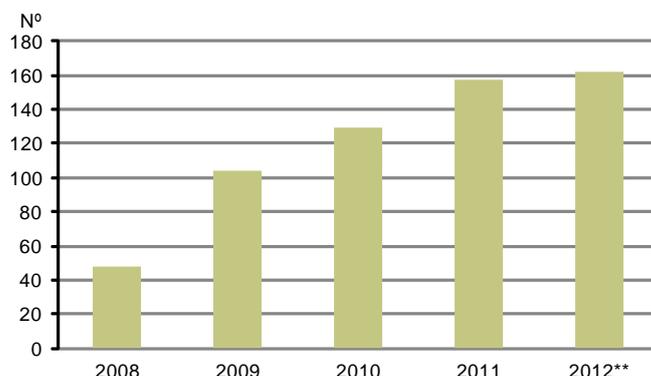
As medidas agroambientais visam promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas com benefícios ambientais ao nível da água, do solo e do ar e a utilização sustentada dos recursos genéticos autóctones.

Em 2012, os 25 043 beneficiários destas medidas que receberam um montante de 74,2 milhões de euros. A adesão a estas medidas tem aumentado desde 2009. Entre 2009 e 2012, os beneficiários cresceram a um ritmo médio anual de 4,8%. A média dos montantes pagos por beneficiário foi 2 848 euros para o período 2009/2012.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) têm como objetivo a integração das diferentes vertentes da política para os espaços florestais e, especialmente, em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação (Decreto-Lei n.º 15/2009).

Em 2012 estavam constituídas 162 ZIF, mais 114 que em 2008. O número de ZIF constituídas no Continente tem vindo a aumentar, crescendo a um ritmo médio anual de 35,5%.

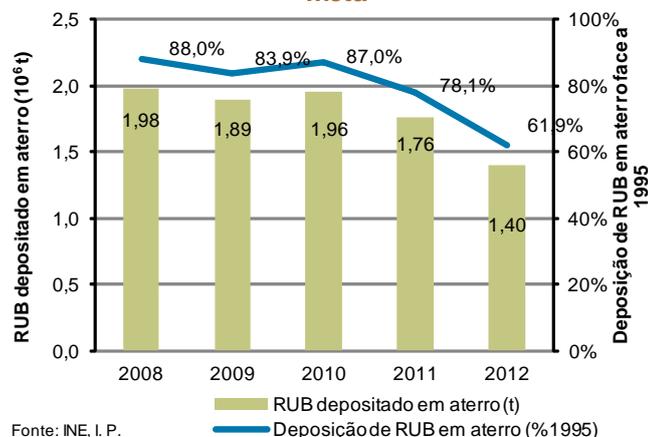
**Figura 18 - Número de ZIF constituídas\* em julho 2013**



Nota: \* Valores acumulados \*\* dados até 25 de Julho de 2013

Fonte: INE, I. P.

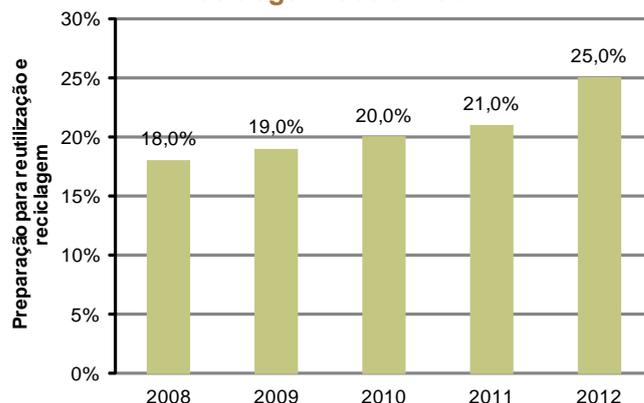
**Figura 19 - Deposição de RUB em aterro face à meta**



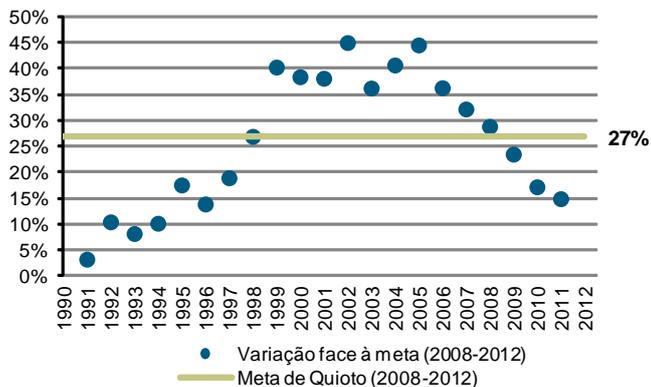
O Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, define como metas, para os anos de 2013 e 2020, que os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) depositados em aterro sejam reduzidos respetivamente para 50% e 35% da quantidade total, em peso, dos resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995 (2,3 milhões de toneladas). Consta-se que em 2012, com 1,4 milhões de toneladas de RUB depositados em aterro, Portugal está abaixo da meta estabelecida para 2013 em 12 p.p..

O Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, prevê o reforço da prevenção da produção de resíduos, fomentando a sua reutilização e reciclagem em detrimento da sua eliminação, como forma de consolidar a valorização dos resíduos. A meta definida para 2020 estabelece um aumento mínimo global para 50%, em peso, relativamente à preparação para a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os RUB. Entre 2008 e 2012, a quantidade de resíduos nestas condições apresentou um ritmo de crescimento médio anual de 11,6%, atingindo o patamar de 25% em 2012. Para que esta meta seja atingida em 2020, será necessário pelo menos garantir um crescimento médio anual de 9,1% no período 2012/2020.

**Figura 20 - Preparação para reutilização e reciclagem face à meta**



**Figura 21 - Taxa de variação das emissões de GEE face à meta**



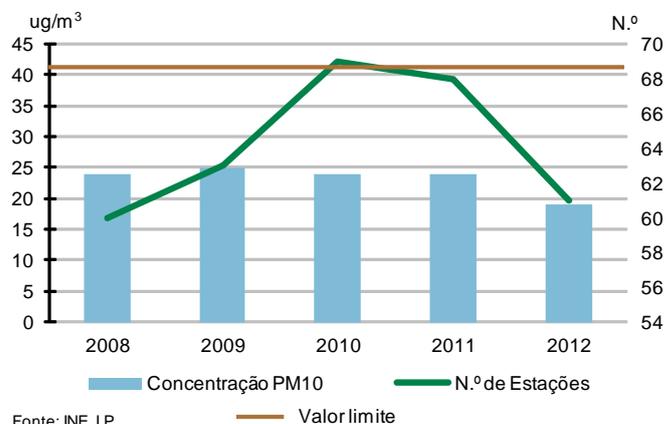
Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Tendo em conta este limiar, verifica-se que entre 1999 e 2008 as emissões de GEE ultrapassaram a meta estipulada. Contudo, desde 2009 que o nível de emissões se encontra abaixo da meta. Em 2012, o valor das emissões face à meta já superava a meta em 12 p.p., o que corresponde a um nível de

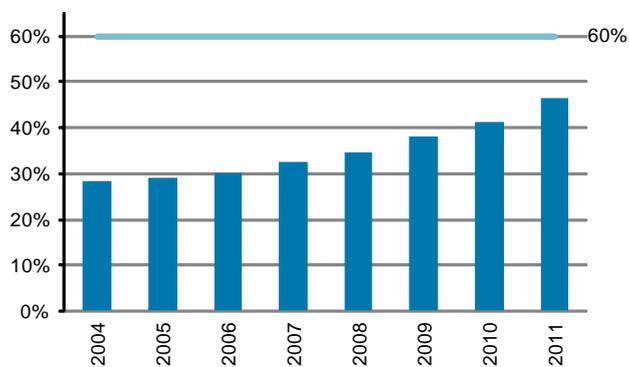
emissões superior em apenas 15% ao valor registado em 1990.

As partículas inaláveis, e com potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes). Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-Lei nº 102/2010, de 23 de setembro, não é permitido ultrapassar o limite de 40 µg/m<sup>3</sup> da concentração média anual de PM<sub>10</sub>. Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm, constata-se um decréscimo de cerca de 20,8% da concentração média anual deste poluente, entre 2011 e 2012. Verifica-se que no período de 2008 a 2012, as concentrações médias anuais estiveram muito abaixo daquele limite, situando-se nos 19µg/m<sup>3</sup> em 2012.

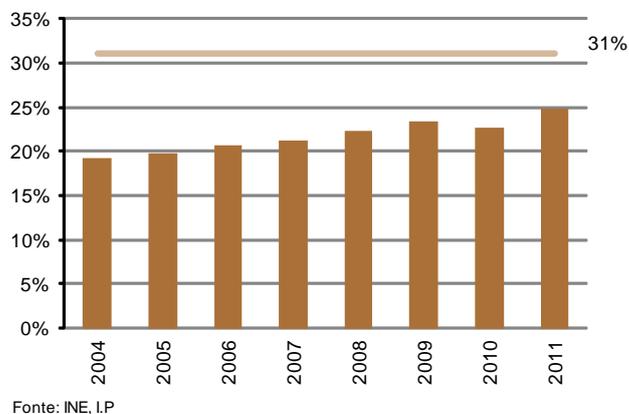
**Figura 22 - Concentração média anual e estações de monitorização de PM<sub>10</sub>**



**Figura 23 - Contribuição de fontes endógenas renováveis para a produção de eletricidade face à meta**

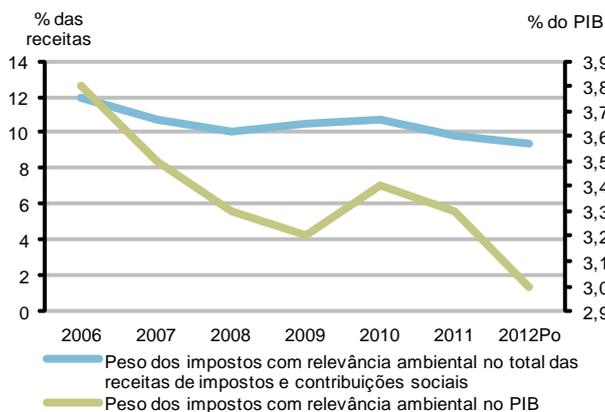


**Figura 24 - Contribuição de fontes endógenas renováveis para o consumo final bruto de energia face à meta**



Em 2011, 46,5% da eletricidade produzida e 24,9% do consumo final bruto de energia, segundo metodologia Eurostat, resultaram de recursos endógenos renováveis (em 2010 estes indicadores foram respetivamente 41,2% e 22,7%). De referir que o objetivo para 2020 é que 60% da eletricidade produzida e 31% do consumo final bruto de energia resultem de recursos endógenos renováveis.

**Figura 25 - Total dos impostos com relevância ambiental**



Fonte: INE, I. P.

As despesas com a proteção do ambiente totalizaram 1 017 milhões de euros, em 2012, menos 8,9% que em 2011. Os gastos com a proteção do ambiente decresceram desde 2008 a um ritmo anual de 0,8%, sendo que esta redução se deveu à diminuição das despesas da Administração Regional e Local, já que quer a Administração Central quer as Instituições Sem Fim Lucrativo aumentaram os seus gastos médios anuais neste período. No entanto, a despesa em 2012 diminuiu de forma generalizada em todos os setores. Os maiores decréscimos foram observados na Administração Regional da Madeira com a despesa a recuar 32,1%, face a 2011 e na Administração Central que apresentou em 2012 uma despesa de 179,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22,3%, face à despesa contabilizada em 2011 (231,3 milhões de euros).

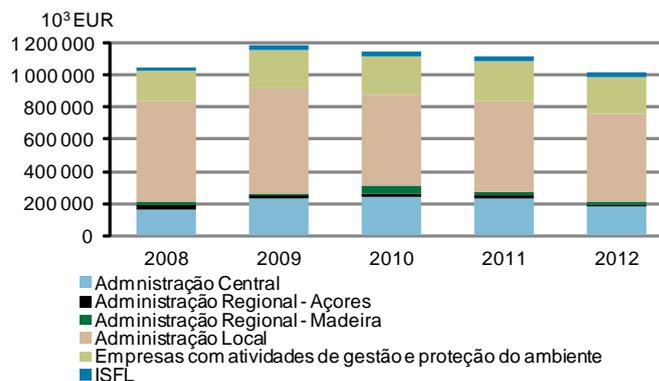
**Figura 27 - Investimentos em proteção do ambiente por setores**



Fonte: INE, I.P.

Com a diminuição da pressão exercida sobre o ambiente decorrente das forças motrizes e do contexto socioeconómico, a carga tributária com impostos ambientais fixou-se nos 5,03 mil milhões de euros, representando o valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Ao longo deste período, a redução da receita fiscal com estes impostos superou os mil milhões de euros (1 152 milhões de euros). Em 2012, o valor observado foi inferior em 9,7% ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais (variação de -6,1%).

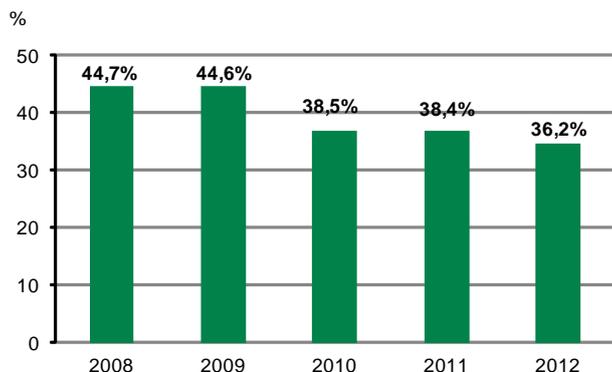
**Figura 26 - Despesas em proteção do ambiente por setores**



Fonte: INE, I.P.

Em 2012 verificou-se igualmente uma redução generalizada e muito acentuada do investimento em atividades do ambiente na ordem dos 34%. Com exceção da Administração Local (+5,5%), todos os outros setores institucionais reduziram o investimento, particularmente a Administração Regional dos Açores com uma quebra no investimento de 73,4%, a Administração Regional da Madeira com um decréscimo de 24,4% e as Instituições Sem Fim Lucrativo com uma redução de investimento na ordem dos 23,4%. De referir que desde 2008 esta tendência tem sido uma evidência, verificando-se que o investimento decresceu ao ritmo anual de 20,3%.

**Figura 28 - Proporção de empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente**



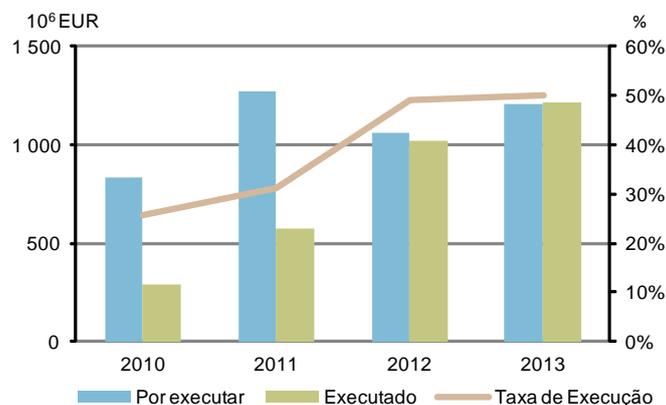
A adesão do parque empresarial à adoção de medidas de proteção ambiental no processo produtivo tem vindo a reduzir-se de forma expressiva. Entre 2008 e 2012, a proporção de empresas que adotaram medidas de proteção ambiental diminuiu mais de 10 p.p., constatando-se que em 2012 apenas 34,6% das empresas apresentaram este tipo de preocupação.

Fonte: INE, I.P.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no período 2007-2013, tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos Programas Operacionais Regionais. Os dados apresentados representam as taxas de execução atingidas

em 31 de dezembro de cada um dos anos, com exceção de 2013 cujos dados se reportam à situação em 31 de julho de 2013. Entre 2010 e 2013 o montante executado cresceu em termos médios anuais 61,9%, contudo, até julho de 2013 a taxa de execução atingia pouco mais de metade dos fundos aprovados (50,1%).

**Figura 29 - Taxa de execução do QREN em operações de ambiente**



Fonte: INE, I.P.



Notas Explicativas:

**Impostos com relevância ambiental** - Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

**Modelo DPSIR** (Driving forces – Pressures – State – Impact – Response, ou seja, Forças- Motrizes – Pressão – Estado – Impacte - Resposta) foi desenvolvido pela Agência Europeia do Ambiente e tem por base uma análise sistémica das relações entre o sistema ambiental e o sistema humano e económico, refletindo a interação entre estes sistemas numa base de causa- efeito (EEA, 1999).

**Decoupling** - conceito utilizado para exprimir o crescimento económico sem aumento da pressão sobre o meio ambiente.

**O índice de Preços no Consumidor (IPC)** mede a evolução temporal dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos da estrutura de despesa de consumo da população residente em Portugal. É importante ter presente que o IPC não é um indicador do nível de preços mas antes um indicador da respetiva variação.

**Sector institucional** – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

**Sumidouro de carbono** - Um **sumidouro de carbono** é algo que absorve mais carbono do que emite por oposição à fonte **de carbono** é algo que emite mais carbono do que absorve. Tal processo ocorre principalmente em oceanos, florestas e outros organismos que, por meio da fotossíntese, capturam o carbono e lançam oxigénio na atmosfera.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.